

MEMÓRIA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA*Pousada Aldeia Portuguesa – Coroa Vermelha/Santa Cruz Cabrália**DATA: 01 e 02 de março de 2018***Lista de presença**

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Almir Requião	2- Manguezal Meu Quintal
4- Beline Passos	3- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
5- Sueli Abad	4- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
6- Marcio Braga	
7- Joney Fernandes Faria	6- Faculdade Sul da Bahia - FASB
8- Marcelo S. Pereira	7- Fibria
9- Thiago Rizzo	
10- José Francisco Júnior	8- Grupo Ambiental Natureza Bela
11- Bruno Garcia	9- 2 Tree Consultoria/Aspex
12- Vilma Cruz Castro	10- Suzano
13- Virginia Camargos	11- Veracel

Dia 01/03

Após a apresentação dos presentes, o secretário executivo indagou à plenária sobre mudança na ordem da pauta ou inclusão de novos assuntos, lembrando que o representante do Natureza Bela solicitou a inclusão do monitoramento do Acordo do congelamento de plantios nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri (Acordo 6) e que a representante do MDPS também pediu a inclusão de questionamento às empresas sobre parcerias com as organizações que integram o FF.

O representante do Natureza Bela aproveitou para esclarecer que na reunião anterior ele fez um questionamento aos representantes da Fibria e Suzano sobre se as empresas estavam cumprindo as primeiras diretrizes do Fórum Florestal e que, embora as empresas digam que sim, isso não está acontecendo. E que faltou esse trecho na ata, onde ele questiona o cumprimento pelas empresas das 10 diretrizes iniciais do FF. E se prontificou a redigir e encaminhar à secretaria executiva essa correção para ser incluída na ata. E que o representante da Suzano ficou de trazer uma resposta ao questionamento dele e nem apareceu, demonstrando o descaso da empresa com o assunto. Sobre a desconcentração da atividade, citou trecho do caderno dos 10 anos do Diálogo Florestal, onde já havia abordado a questão e que em 2018 nada ainda aconteceu. E que não existe por parte das empresas Fibria e Suzano vontade de desconcentrar e que precisa de escândalo para jogar na mídia, pois daí

vem diretor de São Paulo ou de Vitória para a reunião. Afirmou não ver interesse das empresas em criar uma agenda positiva para discutir o tema. E que é preciso reavaliar a instituição FF, que é um dos poucos espaços dialógicos para discutir as questões do território, mas está definhando. E que não adianta trazer os pataxós, as empresas de cana de açúcar se o que está sendo discutido desde 2005 não avança, se não tem sequer uma pauta em cima da mesa para as empresas discutirem. E que na sua opinião, como fundador e participante dos 10 primeiros anos, o FF Bahia não é um produto de sucesso. E que o FF precisa se repensar, mas o que lhe vem à cabeça é o pior possível que é através de uma manchete de jornal dizendo que empresa tal cometeu crime ambiental e meter a caneta, pois dessa forma as empresas conseguem discutir internamente. Que o FF como coletivo não representa mais a região ou o território. E que tem todo o respeito quando o pessoal de Costa Dourada reclama das questões de lá ou quando Caraíva reclama das placas de sinalização, mas que isso não é discutir território ou paisagem e que é preciso parar com faz de conta. E que gostaria de saber onde a Veracel está plantando os 400 ha de Mata Atlântica e quer saber que sua instituição está no FF trabalhando para que o território avance em políticas públicas efetivas. E que ou o FF discute paisagem e território ou se vai discutir isso em outros cenários nada construtivos, que vai ser dentro do espaço do MP ou do espaço pesado dos movimentos sociais e aí vai ver o que vai dar. O representante do IAPA menciona que irá fazer parte da comissão que vai rever o regimento interno, pois para tomar qualquer atitude ela precisa ser legal. E que realmente é necessário melhorar, pois fica parecendo que vem e não avança. E exemplificou com a situação de Costa Dourada, onde para ele foi cometido um erro grave e que agora é necessário corrigir. Comentou que foi em reunião em Telêmaco Borba e que por incrível que pareça o FF da Bahia é um exemplo. E que é necessário ver no que foi que errou e tentar consertar esses erros. O representante do MDPS abordou que, ao invés de trazer problemas pontuais, é necessário buscar e evidenciar problemas sistêmicos, buscando soluções para os mesmos. E que todo mundo sabe que tem plantio irregular, que tem fomentado fazendo bobagem, e que isso tem que ser mostrado de forma sistêmica e que a empresa não vai se auto denunciar. Que é preciso jogar duro, mas com evidências e de forma organizada. E que no início do FF foram apresentados estudos que mostraram o impacto ambiental da atividade na região e que as empresas vieram dialogar. E que muita coisa não mudou e que tem município com 70% de plantio e as empresas são responsáveis, pois também respondem pelos fomentados. E que com as instituições trazendo argumentações mais estruturadas as empresas vão responder de forma mais positiva. E que não adianta só reclamar. A representante da Veracel afirmou que está há 10 anos no FF, que é um canal dialógico importantíssimo e que as empresas sempre trazem os dados, esclarecimentos e informações solicitadas, mas que o ordenamento territorial não cabe só as empresas florestais, mas a todos os setores que estão dentro do território. E que em muitos momentos o FF se tornou muito chato por estar atendendo demandas e interesses particulares. O representante da Fibria concordou que para se discutir o território é necessário trazer outros setores para esse desafio maior, definido como pauta prioritária. E que as expectativas precisam ser alinhadas. Outro representante da Fibria argumentou que a empresa tem interesse em saber dos problemas que desconhece, saber quem, em qual local e quando. O representante do Natureza Bela sugeriu que as empresas determinem um percentual de diminuição da concentração, por exemplo no território de Caravelas, afirmando ser desagradável estar discutindo a sustentabilidade do território há 10 anos e empresa não concordar em não renovar o contrato do produtor que cometeu crime. Sendo que ao não renovar o contrato desse produtor irregular consequentemente vai diminuir a densidade dos

plantios. E questionou a compra de madeira por parte da Suzano em Caraíva e também a compra de um proprietário que desmatou, plantou capim, depois plantou eucalipto que a empresa comprou, e está sendo conivente. E que um dos acordos do FF reza que as empresas não podem comprar madeira de áreas de cacau cabruca e que a Suzano está comprando eucalipto em Mascote.

O secretário executivo pontou que uma das maiores preocupações do FF sempre foi discutir a ocupação do território e que por isso começou a ser realizado o Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal e das mudanças do uso do solo. E que isso precisa ser resgatado. E que toda problemática da ocupação do território se deve em maior parte aos erros e omissões do estado da Bahia que permitiu uma ocupação desordenada, que resultou na paisagem atual, com 2/3 de pastagem e agricultura e 1/3 de silvicultura. E que nem o código Florestal vigente na época foi respeitado, pois do contrário teríamos hoje cerca de 30% de remanescentes florestais. E que temos uma região extremamente vulnerável, como foi a região cacauera na década de 80, com a economia de vários municípios dependente de apenas uma atividade econômica.

O representante do Natureza Bela falou ainda do seu receio das empresas estarem comprando madeira de área convertida, através, por exemplo, de licença emitida por prefeito. E frisou a importância do monitoramento da cobertura vegetal que provou que empresas não são as responsáveis pelo desmatamento da região. E que o Monitoramento da Cobertura Vegetal é importante para que empresas peguem essas bases e reflitam sobre elas, sobre o que tinha nas áreas há 6 anos. E que o FF não pode ficar refém do que o FSC está fazendo. E que o que diz respeito ao FF é saber se houve conversão de mata e se houve conversão de mata onde era mata é o que agora? E se é eucalipto porque empresa está comprando? E disse acreditar que em muitos casos as empresas estão sendo mal informadas e exemplificou com uma área em que a Suzano foi responsabilizada pela compra de madeira em Cabralia/Belmonte em que os dados foram fraudados pelo proprietário. Afirmou não querer ir para a pauta negativa, mas que as empresas precisam propor pautas proativas.

A representante da Veracel sugeriu que seja feita uma apresentação pelas 3 empresas de como está sendo feita a avaliação para a compra de madeira controlada, solicitando às áreas responsáveis de cada empresa como é realizado o processo.

- Apresentação pelo Grupo de Trabalho da proposta de Plano de Ação elaborado a partir das deliberações da plenária adotadas na reunião ordinária de dezembro de 201

Em seguida, o representante do MDPS fez a apresentação da proposta do Plano de Ação discutida no Grupo de Trabalho – GT no dia anterior. O primeiro subtema tratado foi Mosaicos Florestais Sustentáveis, sendo que o Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal suscitou grande discussão. O relator esclareceu que a disponibilização dos dados do monitoramento é uma preocupação e que se debateu muito como as informações vão ser disponibilizadas ao público em geral. O secretário executivo explicou que a liberação do novo edital para a continuidade do Monitoramento da Cobertura Vegetal demorou porque foram detectadas falhas, sendo uma delas na divulgação dos resultados e uma parte já vinha da própria construção do edital que não previa produtos específicos, além da análise da mudança do uso do solo entregue em CD e depois disponibilizados na plataforma Web, mas eram informações de difícil acesso para leigos e também num site difícil de acessar. E que produtor rural, professor e ONGs não estavam se apropriando dessa informação. E que é preciso ter

mapas que apresentem onde existe decréscimo ou incremento de vegetação nativa e para isso mudou-se o edital. O representante do Natureza Bela citou a importância de disponibilizar os dados em uma plataforma de fácil acesso e que também é importante que os dados estejam no MP, pois podem mudar os funcionários das empresas ou quebrar as ONGs, mas o MP não vai quebrar nunca e que é preciso ter ferramenta de livre e fácil acesso para manusear essas informações, com linguagem mais simples. O secretário executivo mencionou como uma das alternativas a plataforma global WRI. A proposta do GT para o tema foi aprovada pela plenária.

O tema seguinte, “Relação dos povos indígenas e comunidades tradicionais com os recursos naturais”, por sugestão dos representantes do IAPA, Manguezal e Natureza Bela teve a redação do que fazer alterada para “Valorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais, mapeando a presença destes no território e sua relação com a sustentabilidade”. O relator informou que ao longo do ano a secretaria executiva, com o aval do GT, vai convidar representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais com vistas a promover o debate sobre a sustentabilidade no território. O representante do Natureza Bela observou que a organização está entrevistando vários atores sobre a questão do Parque Nacional do Monte Pascoal, inclusive com as 16 aldeias, e que os indígenas afirmam não terem outra alternativa a não ser desmatar para fazer artesanato. Pontuou que o Natureza Bela, via BNDES, vai realizar um projeto em 210 ha, sendo 50 ha em Boca da Mata, envolvendo 50 famílias, que vão sair da atividade de extração para agrofloresta. E que é necessário qualquer tipo de iniciativa para fazer um projeto piloto dentro dessas comunidades carentes e necessitadas. E que se as empresas quiserem fazer um projeto em Água Bela, Campo do Boi, o Natureza Bela se compromete a saber o que essas comunidades querem de projeto. O secretário executivo afirmou se tratar de uma problemática preocupante e o que está se propondo é que o FF assumo o papel de intermediador desse conflito, juntar pessoas que possam resolver minimamente o problema, colocando o debate de novo na mesa, pois houve uma perda de cerca de 800 ha dentro do Monte Pascoal. E que o FF está puxando uma agenda que todo mundo quer fechar os olhos. E que se quer realmente discutir território, tem que trazer os conflitos para dentro. E que os membros do FF têm a missão de trazer sugestões e ideias para que essa agenda não fique esquecida.

No tema “Comunidades, Vilas Rurais e núcleos familiares isolados Recuperação e melhores práticas para áreas produtivas (silvicultura – além de celulose -, atividades agropecuárias, turismo e urbanização, dentre outras)”, foi salientado que quando houver necessidade de recuo o mesmo deve ser bem conduzido para não suscitar invasões nas áreas e não ocorra novamente o erro de Costa Dourada. O secretário executivo ressaltou que participação das comunidades nas reuniões do FF tem como objetivo maior pensar na sustentabilidade do território e não trazer problemas pontuais que podem ser resolvidos pelos canais diretos com as empresas ou pelo poder público. O representante da Fibria reforçou que é importante que sejam convidadas representantes das comunidades que possam contribuir efetivamente com a proposta de discutir o território.

O debate sobre o tema “Recuperação e melhores práticas para áreas produtivas (silvicultura – além de celulose-, atividades agropecuárias, turismo e urbanização, dentre outras)” girou em torno de quais ações são necessárias para incorporar outros atores e cadeias produtivas como membros permanentes do FF, sem que se chegasse a um consenso sobre quais seriam essas ações. O secretário executivo informou que teve contato com Eliane Anjos, que está trabalhando na organização The Forest Trust – TFT que tem uma proposta interessante de atuação junto à grandes empresas, entre elas, Cargil e Nestle verificando como está cadeia de

suprimentos tendo em conta premissas básicas, tais como ausência de trabalho infantil ou escravo. No caso da Nestle, avaliam se leite é produzido com trabalho escravo ou infantil, se leite veio de área desmatada etc. Ressaltou que convidou Eliane para fazer uma apresentação do escopo da TFT na reunião de maio e quais são suas expectativas no território, por considerar que é uma janela de oportunidade para pressionar setores historicamente resistentes a mudanças e conservadores, através dos compradores. E que a TFT está procurando parceiros na região.

O tema “Água (recursos hídricos: rio+mar)” suscitou debate sobre a necessidade de convidar representante do Inema para fazer atualização sobre os recursos hídricos da região, além do funcionamento dos comitês de bacia. O representante do Natureza Bela avaliou que os técnicos do Inema vão trazer informações desencontradas e vai se gastar um período de tempo com dados que não vão agregar nada, já que não existe por parte do estado monitoramento dos recursos hídricos. Considerou que vale à pena que os escritórios regionais do Inema comecem a receber pedidos de outorga, e que é preciso uma pressão política para que os escritórios regionais tenham autonomia de emitir licenças. E que o foro adequado para fazer esse pleito é nos comitês de bacia. O secretário executivo solicitou então ao representante do Natureza Bela que redija o texto para que os membros do FF encaminhem aos comitês de bacia., já que o FF não pode encabeçar o pleito por não ter CNPJ.

O representante da Fibria considerou mais produtivo o FF fazer uma ação mais do que política, mostrando os problemas locais e o desconforto em que estão os empreendedores, as ONGs e consultores que necessitam de outorga. Outro representante da Fibria ponderou que o convite seria para nivelar conhecimento e avaliar o quanto essas informações organizadas e sistematizadas cabem dentro dos objetivos do FF, que isso é melhor do que criar expectativas. A representante do MDPS abordou as dificuldades enfrentadas no comitê de bacia do FRABS e que Porto Seguro aprovou seu plano de saneamento, que será debatido no FRABS. E sugeriu que se os demais municípios que compõem o comitê do FRABS tiverem plano de saneamento apresentem para ser debatidos também. E que o plano de Porto Seguro ficou muito interessante e dá para ter uma amostragem de como estão os rios, principalmente na questão de esgotamento sanitário e drenagem. A seguir, a plenária aprovou a sugestão do GT de formar uma comissão para trabalhar em cima dos 6 temas prioritários estabelecidos no Encontro pelas Águas. A comissão foi composta por Vilma (Suzano), Marcio (MDPS) e secretaria executiva e deverá apresentar proposta na próxima reunião do GT.

O último tema contemplado foi “Arranjo de Governança”, onde ficou definido que haverá uma revisão de alguns pontos do Regimento Interno, entre eles a inserção do poder público e a revisão do mecanismo de participação de organizações no FF (Art. 35 do RI). Para tanto foi montada também uma comissão com 3 membros (Thiago (Fibria), Beline (IAPA) e Secretaria executiva), que também tem prazo para entrega de propostas na próxima reunião do GT.

Apresentação financeira

O representante do Manguezal Meu Quintal apresentou a seguir a Avaliação Financeira do ano 2017, que teve um saldo positivo de R\$ 32.015,00 em dezembro. Informou que a partir de 2018 os repasses financeiros das empresas sofreram alteração, passando a ser mensais e não mais trimestrais. E que a organização terá que fazer prestação de contas antes do final do mês e toda semana encaminhar para as empresas o saldo bancário. Abordou o rearranjo na planilha de orçamento, com remanejamento de rubricas e exclusão de algumas que não estavam sendo utilizadas, como Comunicação e Despesas Diversas, que totalizam um saldo de

cerca de R\$ 14.000,00 que podem ser utilizadas para reuniões extraordinárias ou para custear a vinda de novos atores, a depender da plenária.

A seguir, o secretário executivo falou do desafio que o FF tem pela frente, a partir da decisão de trabalhar temas territoriais pelos próximos 5 anos. E que se está fechando um ciclo de 13 anos, com sucessos e insucessos, sendo importante identificar atores que tem que vir e como trazê-los, para esse espaço que conseguiu resistir ao tempo e que não se pode deixar morrer. O representante da Fibria complementou que o GT conseguiu dar um avanço, mas que é preciso planejar mais e melhor o que o GT, pois se conseguir fazer um planejamento ano a ano, de forma menos genérica, vai ser um grande trampolim para trazer pessoas que se interessem. Gastar muito energia com planejamento, definindo o que é de curto, médio e longo prazo, pois é o que vai dar o norte e levar o barco para o rumo certo e que isso tem que ser feito antes de começar as ações em paralelo. O representante do Natureza Bela lembrou os primórdios do FF quando os membros vinham às próprias custas para reuniões mensais, lotadas, propositivas, interessantes, com discussões acalouradas, consensuadas e com bons resultados. E que agora tem toda a infra-estrutura, não tem resultados e esvaziamento. Ressaltou que só vai sentir vontade de participar quando começar a perceber que as empresas estão prontas a discutir o além da lei, discutir políticas de uso e ocupação do solo, a questão da construção da paisagem. E que isso não que dizer que vai querer que as empresas reduzam 20% da área de ocupação de Caravelas em uma semana, mas que tragam os números para discussão. Afirmou que não é a presença do pecuarista ou do produtor que vai ser responsável pela conclusão com chave de ouro. E que o grande desafio é reanimar o FF e que isso passa primordialmente por pautas interessantes, de curto e longo prazo. E que os representantes das empresas tem que ter autonomia para discutir os assuntos da pauta e os questionamentos feitos durante as reuniões. Reforçou que seus questionamentos a respeito da desconcentração de plantios já está sendo feita desde 2013, sem resposta, e que Fibria e Suzano trouxeram números de ocupação há anos atrás e foi discutido a diminuição do percentual e que não é novidade. E que pode ser desconcentrado gradualmente, a exemplo de não renovar contrato de fomentado que vendeu eucalipto picareta, com empresa garantindo que criminoso ambiental não vai conseguir colocar no mercado eucalipto plantado ilegalmente. E que relação de credibilidade empresas X ONGs não está sendo proativa. O representante da Fibria afirmou que para avaliara e trazer alguma resposta é preciso que isso seja trazido para conhecimento, pois tem um universo grande de fomentados e claro que pode haver falhas. Mas que esse desvio pode ser corrigido e a empresa está aberta ao diálogo.

O representante da FASB falou um pouco sobre a instituição, os cursos oferecidos a motivação para participar do FF e colocou à disposição as dependências de Teixeira de Freitas para realização das reuniões do FF. E sugeriu que a próxima reunião já seja realizada na FASB.

O secretário executivo propôs que os acordos do fomento florestal e de congelamento de plantios em terras próprias das empresas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri retornem à pauta na próxima reunião para serem objetos de revisão crítica.

O representante do Natureza Bela solicitou ainda que os representantes das empresas tragam um histórico dos últimos 5 anos, informando se houve redução ou ampliação dos plantios nos 4 municípios. E que tem certeza que o acordo de congelamento de plantio em terras próprias das empresas não foi cumprido.

O último tema tratado foi o questionamento do MDPS às empresas sobre parcerias com as organizações que integram o FF na execução de projetos. Em resposta à solicitação, o representante da Fibria informou que as ONGs devem encaminhar às empresas os portfólios

para serem avaliados, para saber quais atividades a ONG está apta a realizar e se houver vão colocar as ONGs na concorrência de suprimentos.

A representante do MDPS argumentou que as 3 empresas tem um portfólio de projetos e continuam aplicando recursos nele e que também nunca foi solicitado das ONGs um portfólio. E o que as ONGs querem é saber em tempo hábil quando vai haver uma seleção para projetos. E que o FF é um espaço de se colocar com ética e educação as capacidades de cada ONG. E que o que se quer é concorrer em pé de igualdade.

Finalizando, o secretário executivo abordou se haveria ou não a necessidade de continuar com o escritório fixo, visto que as organizações não ocupam o espaço e que tem despesas de telefone, internet, aluguel, entre outras. E colocou a questão para ser aprovada pela plenária.

A representante do MDPS lembrou que a sede fixa está normatizada no Regimento Interno. O representante do IAPA observou que esse item pode ser objeto da revisão do RI, que será debatido no GT. Após um breve debate, deliberou-se pela extinção do escritório fixo. Sobre intercalar as reuniões entre Porto Seguro e Teixeira de Freitas (FASB), o representante da Fibria salientou que seria melhor decidir isso na última plenária do ano e não nos últimos minutos de uma reunião.

Sendo o que ocorreu, esta Memória de reunião foi lavrada pela Secretaria Executiva